

**ACTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
MONTEMOR-O-NOVO REALIZADA
NO DIA VINTE SEIS DE NOVEMBRO DE
DOIS MIL E TRÊS**

Aos vinte seis dias do mês de Novembro do ano dois mil e três, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da referida Câmara, estando presentes, os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara, João António Abrantes Caldeira, João Miguel Amaro Marques, Helena Maria Freire Paixão, Agostinho Petronilho Simão e Leonardo Manuel Valido Maia, Vereadores, comigo, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Administrativa Especialista.

O senhor Vereador Jorge Manuel de Barata Queiroz Soares esteve ausente desta reunião por motivos de férias falta que foi considerada justificada.

E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

Aprovação da ordem de Trabalhos

1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

- A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS**
- B) CEDÊNCIA DE LOTE DE TERRENO NO LOTEAMENTO MUNICIPAL DE SILVEIRAS**
- C) PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO DEGRADADA**
- D) PROPOSTA DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE**

2. OBRAS E SANEAMENTO

- A) INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE**
- B) EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ETAR DE SILVEIRAS**
- C) EMPREITADA DE INFRAESTRUTURAS NO LOTEAMENTO MUNICIPAL DE CORTIÇADAS DE LAVRE**
- D) EMPREITADA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DO AGLOMERADO DE FAZENDAS DO CORTIÇO**
- E) EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE RECARGAS DE BETUMINOSO EM RUAS DA CIDADE**
- F) EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS COBERTAS**
- G) EMPREITADA DE PLUVIAIS EM SANTIAGO DO ESCOURAL**
- H) EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE JARDIM DO ESCOURAL**

3. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- A) CONTABILIDADE**
- B) PESSOAL**
- C) APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO**
- D) IMPOSTO DE SISA/SIMULAÇÃO OU INDICAÇÃO INEXACTA DO PREÇO/DIREITO DE PREFERÊNCIA**

4. SÓCIO-CULTURAL

- A) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO À SOCIEDADE CIRCULO MONTEMORENSE PEDRISTA**
- B) SOCIEDADE A. FILARMÓNICA CARLISTA – SUBSÍDIO PARA ESCOLA DE MÚSICA**
- C) CASA DO POVO DE CABRELA – SUBSÍDIO PARA ESCOLA DE MÚSICA**
- D) ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO LECTIVO 2003/04 – SUBSÍDIO PARA LIVROS E MATERIAL ESCLAR (2ª FASE)**
- E) COMISSÃO DE TOPONÍMIA – PROPOSTA DE TOPÓNIMOS**
- F) CORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO E A DIRECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO – CRIAÇÃO DE REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – RATIFICAÇÃO**

G) REGULAMENTO SOBRE SUBSÍDIOS E APOIOS A CONCEDER ÀS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS E DE CARÁCTER SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS

5. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

A) REGULAMENTO MUNICIPAL DE EXPLORAÇÕES SUINÍCULAS – PROPOSTA DE DOSSIER DE EXPLORAÇÃO

B) CEMITÉRIO S. FRANCISCO

6. ACORDO ESPECIFICO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE CORTIÇADAS DO LAVRE

7. PROJECTO GAPS - GESTÃO ACTIVA E PARTICIPADA DO SITIO DE MONFURADO

7.1) CONSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO

7.2) PROPOSTAS DE PROTOCOLOS

7.3) CONSULTA PRÉVIA PARA CONTRATO DE TAREFA

8. LOCALIZAÇÃO PARA ARMAZENAMENTO DE LAMAS/PARQUE DE LAMAS

A) EMISSÃO DE CERTIDÃO

9. PROJECTO REAGIR/RECICLAGEM DE ENTULHOS NO ÂMBITO DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS

A) CONSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO

10. PROJECTOS DE ACTAS N.º 23 e 24

11. ATENDIMENTO DE MUNICÍPIES

Período Antes da ordem do Dia

Orçamento de Estado para 2004

Foi o senhor Presidente que em primeiro lugar interveio para se reportar ao Orçamento de Estado dizendo que foi aprovado em termos definitivos não obstante um conjunto de questões mais gravosas para as autarquias e para o concelho. Houve contudo a aceitação de uma questão sugerida pela ANMP que será a inclusão das verbas oriundas dos impostos extraordinários na base de calculo das transferências para as Câmaras Municipais. A concluir disse que no essencial não existiram alterações substanciais à proposta inicial que considerou ser gravosa para o país e para o concelho.

Congresso sobre o Alentejo

De novo no uso da palavra o senhor Presidente informou que decorreu de acordo como que havia sido determinado pelo Secretariado do Congresso sobre o Alentejo um conjunto de reuniões sobre esta matéria. As aludidas reuniões tiveram pouca participação mas tiveram um leque abrangente com algum significado, onde foi possível abordar e aprofundar algumas áreas do Congresso que tinham vindo a ser tratadas pelo Secretariado.

Neste sentido (disse em seguida) reuniu em Montemor-o-Novo no passado dia 22 um Encontro Preparatório do Congresso, onde houve oportunidade de auscultar opiniões, recolher propostas e consensualizar posições com base num documento de trabalho elaborado pelo Secretariado. Apesar da baixa participação no Encontro, foi notório que se avançou no consenso de um significativo conjunto de pontos o que perspectiva a realização de um grande e representativo Congresso sobre o Alentejo no próximo ano em Montemor. Considerou que foram dados passos de grande importância para a região Alentejana.

Referiu-se depois ao documento de trabalho para salientar que o consenso obtido com base neste documento permitirá ao Secretariado definir e lançar o Congresso

Entre outras questões importantes, o documento aponta para que a designação seja “Congresso Alentejo XXI”, que o tema geral abordará a Região Alentejo, a globalização e o desenvolvimento e que terá temas específicos como o despovoamento e as respectivas medidas de combate, a diversificação da base económica e o ordenamento do território.

Interveio de seguida o senhor Vereador Maia tendo dito que já é do seu conhecimento que o Congresso decorrerá em Montemor no entanto solicitou informação sobre o local onde decorrerá.

Respondeu o senhor Presidente tendo afirmado que o Congresso decorrerá no Cine Teatro Curvo Semedo, porém persistem dúvidas se decorrerá em secções ou em plenário ou se deverá ser misto e, neste último caso, deverá ser em espaços diferentes possivelmente nas sociedades recreativas.

Em nova intervenção o senhor Vereador Maia afirmou que o Alentejo é carênciado em espaços físicos para albergar todas as pessoas que participam nos eventos. Por outro lado fazer o Congresso sob a forma de secções dispersa os congressistas o que não acontecerá sob a forma de plenário no Curvo Semedo em que estes teriam a possibilidade de assistir aos trabalhos na integra.

O senhor Presidente respondeu dizendo que cabe ao Secretariado encontrar os moldes mais adequados para a realização do Congresso.

Legislação sobre Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais

O senhor Presidente informou que está a preparar um documento que será apresentado em reunião de Câmara para discussão e definição da posição do município de Montemor-o-Novo sobre a matéria em epígrafe. No fundamental, disse, há que preservar a integridade territorial do Alentejo que está ameaçada e neste sentido a AMDE, sob proposta sua, aprovou um documento para contactos com outras Associações no sentido de consertar posições sobre a criação de uma Comunidade Urbana da Região do Alentejo.

A concluir considerou que o Congresso sobre o Alentejo se pronunciasse pela preservação da integridade territorial do Alentejo tal, só por si e face aos reais perigos induzidos por esta legislação, justificaria a realização do Congresso”.

Congresso da Fenacoop

Interveio novamente o senhor Presidente para informar que nos passados dias 14 e 15 de Novembro decorreu o Congresso das Cooperativas de Consumo onde teve a oportunidade de estar presente na sessão de abertura. Estiveram presentes várias federações da Europa e de outras partes do mundo. Considerou bastante importante e única esta iniciativa, onde houve lugar a discussões de grande interesse.

Salientou ainda que ficou agradavelmente surpreendido ao verificar que o sector cooperativo tem mantido a sua cota no mercado que é substancial. No final do Congresso houve lugar à assinatura de um protocolo com uma congregação de três agrupamentos do Alentejo entre as quais Montemor para comercialização nas cooperativas de consumo de carne de qualidade produzida no Alentejo o que considerou de grande valia.

Sobre esta matéria pronunciou-se o senhor Vereador Maia manifestando a sua satisfação pela assinatura deste protocolo que vai permitir, em maior escala o escoamento de produtos obtidos em Montemor-o-Novo.

Em seu entender se o grande espaço comercial existente nesta cidade fosse explorado por uma ou mais Cooperativas de Consumo a oferta à população seria, por certo, de maior qualidade, tendo em vista o decréscimo qualitativo que se verifica no Intermarchê.

Informação sobre assinatura em convite

Em nova intervenção o senhor Presidente reportou-se a um assunto oriundo da última reunião de Câmara relativamente ao qual explicou que se tratou do uso indevido de uma assinatura digitalizada num convite que não cabia à Câmara fazer. Após apuramento dos factos, concluiu que havia que clarificar procedimentos e que não houve qualquer intencionalidade pelo que se tentará evitar novas situações no futuro.

Interveio de seguida o senhor Vereador Maia para afirmar que não obstante as sucessivas tentativas para demonstrarem o contrário, a verdade é que todos os Vereadores eleitos pelo MCPM respeitam os

funcionários desta Câmara e reconhecem o seu profissionalismo. No entanto pensa que o Presidente da Câmara deveria controlar as aposições da sua assinatura nos diversos documentos, seja por chancela seja por digitalização. A verdade é que os documentos aparecem com a assinatura do Presidente pelo que se a sua aposição for indevida a responsabilidade é exclusivamente a sua.

Ainda sobre esta matéria o senhor Presidente disse que esta situação resultou um pouco da tentativa de descentralização de competências. A Câmara atingiu um nível de documentação que é impossível ser toda despachada pelo executivo, acrescentou ainda que até determinada altura todas as requisições expedidas pela Câmara Municipal eram assinadas pelo Presidente ou Vice-Presidente, o mesmo se passava em relação aos convites, serviços que posteriormente vieram a ser descentralizados, situação idêntica se verifica por exemplo em relação à correspondência. Com a descentralização há um menor controle das situações mas com a continuação estes problemas irão sendo resolvidos, disse.

Reunião do Castelo com diversas entidades

Em nova intervenção o senhor Presidente informou que decorreu no Castelo no passado dia 13 de Novembro uma reunião com a sua presença, do senhor Adjunto para a Cultura do Primeiro-Ministro, do senhor Secretário de Estado da Cultura, do senhor Presidente do IPPAR, do senhor Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, do senhor Presidente do Instituto das Artes e do coreógrafo Rui Horta com o objectivo de concertar posições quanto à instalação de um projecto nacional no Convento da Saudação bem como dos projectos de recuperação do Convento e do Castelo e ainda do Cine Teatro Curvo Semedo.

Referiu-se ainda à reunião realizada no Castelo considerando-a histórica por ter juntado à mesma mesa aquelas entidades e em particular o IPPAR e a DGEMN, e bastante positiva com a definição de um conjunto de passos positivos tendo ainda ficado agendada uma nova reunião sobre este matéria para prosseguir o trabalho. Salientou o importante contributo do coreógrafo Rui Horta para a realização desta reunião.

Concluiu dizendo que está perspectivado finalmente, após anos de insistência e intervenção da Câmara, um grande projecto nacional para o Castelo.

Precipitação elevada

Foi o senhor Vereador João Caldeira que interveio para dar conhecimento que devido à elevada precipitação que ocorreu no passado sábado houve alguns problemas em particular de escoamento nalgumas zonas da cidade. O caso mais complicado verificou-se na Rua Comandante Fragoso e está a implicar a substituição dos antigos esgotos.

Encontro da Associação Portuguesa de Distribuidores de Água

Em nova intervenção o senhor Vereador João Caldeira deu conhecimento que decorreu a 18, 19 e 20 de Novembro um Encontro da Associação Portuguesa de Distribuidores de Água onde teve oportunidade de participar.

Considerou esta iniciativa de grande importância onde estavam representados os vários sectores que detêm a distribuição de água e saneamento a nível nacional cujo temas estiveram como é obvio relacionados com a água e em especial com a sua distribuição.

Disse em seguida o mesmo autarca que estão a surgir grupos nacionais interessados nesta área.

As Câmaras onde estão implantados os sistemas multimunicipais estão com muitas dificuldades no pagamento às respectivas empresas. Acrescentou ainda que o Ministro que tutela esta área tenciona ter uma maior intervenção nesta matéria.

Concluiu a sua intervenção dizendo que tiveram a oportunidade de visitar uma ETAR em Lisboa, onde foi surpreendido ao saber que toda a baixa lisboeta está sem qualquer tipo de tratamento de esgotos.

Interveio em seguida o senhor Presidente tendo dito que as Águas de Portugal tem aprovação dos seus projectos sem qualquer tipo de formalidades ao invés das Câmaras Municipais que aguardam marcação de reuniões com o senhor Ministro.

Conferência sobre a Constituição Europeia

O senhor Vereador Agostinho Simão informou a Câmara sobre a conferência que teve como convidado o Professor Francisco Louçã, Deputado do Bloco de Esquerda, evento promovido pelo MCPM ontem dia 25 de Novembro.

Sobre a conferência realçou:

- 1- A boa adesão, contando-se com aproximadamente cinquenta participantes.
- 2- Que o projecto da constituição Europeia não era um resultado dum processo constitucional.
- 3- Que o projecto resultou de trabalho numa convenção, não representativa de todos os países, onde acabou por prevalecer a opinião do seu Presidente Giscard D' Estaind, que após a conclusão dos trabalhos acrescentou mais trezentos artigos, constituindo-se um processo muito pouco democrático.
- 4- Que as políticas sociais e a defesa dos pequenos países não estão garantidas.
- 5- Que o Primeiro Ministro português ao indicar a data do referendo para o mesmo dia das eleições para o Parlamento Europeu está na Justiça a impedir a sua realização, pois tal data implicaria a revisão da Constituição, que mesmo com um eventual acordo dos partidos, teria prazos muito difíceis de cumprir.

Infelizmente mais uma vez os Portugueses não terão oportunidade de se pronunciarem sobre um documento importante da União Europeia.

Por último referiu uma nota negativa, pois quase trinta anos após o 25 de Abril tal não era suposto acontecer, que foi o esclarecimento prévio do Deputado Francisco Louça. Afirmando que estava em Montemor-o-Novo para debater o projecto da Constituição Europeia, e não para reforçar a posição do MCPM na luta política concelhia, como alguém lhe quis fazer crer quando o abordou no Parlamento no dia da sua deslocação a Montemor-o-Novo.

Pronunciou-se em seguida o senhor Vereador Maia para acrescentar que nós cidadãos livres e a vivermos num regime democrático pouca intervenção teremos neste processo.

Falou de seguida o senhor Presidente tendo dito que tem acompanhado as questões da chamada Constituição Europeia, trata-se de um documento ultra-neoliberal, elaborado sem qualquer legitimidade democrática, procurando sobrepor-se às Constituições nacionais nivelando por baixo e pondo em causa avanços democráticos e sociais inscritos na nossa Constituição, pretendendo impor um directório das grandes potências e retirando direitos aos países mais pequenos, auto-elogiando-se, impondo a lógica dos grandes interesses económicos e colocando como acessório a coesão económica e social.

Molocks

Interveio novamente o senhor Vereador Maia para afirmar que os molocks existentes junto à Avenida Gago Coutinho deveriam ser deslocados para o interior do Largo Caloust Gulbenkian, atendendo a que devido ao comportamento indevido dos municípios o lixo acumula-se em redor destes.

Acrescentou ainda que a questão que sugeriu não é para branquear o problema mas sim para obviar a situação perante os utentes da Avenida.

Manifestou ainda a sua estranheza por ter igualmente verificado que em frente à porta do pavilhão Gimnodesportivo foram colocados ecopontos, como e outro local mais afastado não servisse melhor os interesses da população. Ainda mais estranho é quando este pavilhão não se encontra numa zona habitacional.

Respondeu a senhora Vereadora Helena Paixão para informar que esta situação resulta da passagem de infraestruturas subterrâneas naquela zona, motivo pelo qual a instalação dos ecopontos (porque não se trata de molocks) fica bastante dificultada. Ainda assim, referiu também, que a localização de ecopontos e, neste caso, dos molocks também, não pode ser afectada ou condicionada pela falta de civilidade de alguns municípios. Para esses casos, o Regulamento de Recolha de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana, recentemente aprovado pela Câmara e Assembleia Municipal, dispõe dos instrumentos necessários para se poder actuar.

Actos incorrectos da Equipa de sub 21

A terminar o período antes da Ordem do Dia o senhor Vereador Maia manifestou a sua revolta, indignação e repúdio pelo que ocorreu nos balneários após o fim do jogo de apuramento da selecção de Sub-21.

Acrescentou que aquele acto foi perpetrado por jovens, muitos deles com elevados vencimentos e responsabilidades que advêm de representarem o seu País, o que deveriam fazer com a máxima dignidade e compostura. Indigna-o ainda mais o facto de nenhum responsável federativo o ter evitado.

ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS

Foi a senhora Vereadora Helena Paixão que em primeiro lugar usou da palavra para apresentar os seguintes processos de licenciamento, requerimentos e vistorias:

De: ADRIANO ARMANDO RODRIGUES SEIXAS DE SOUSA, requerendo informação prévia sobre instalação de estabelecimento de bebidas, na fracção C do edifício sito na Avenida Gago Coutinho, lote 157, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data de entrada do requerimento: 14/10/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: MANUEL FRANCISCO BARRADAS MALTÊS, requerendo aprovação do projecto de arquitectura e autorização das alterações efectuadas no decorrer da obra de construção de um pavilhão industrial, sito na Zona Industrial da Adua, lote 24, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Artur José Salvador Pereira.

Data de entrada do requerimento: 10/10/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: J. & F. OLIVEIRA – TOLDOS E DECORAÇÕES, LDA., requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra de construção de uma unidade industrial a erigir na Zona Industrial da Adua, lote LE 4, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnicos responsáveis Rui Alexandre Grilo Bibi, número 333 e Vitor Manuel da Silva.

Data de entrada do requerimento: 4/11/2003

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: VICENTE MANUEL ROMÃO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de moradia e muro de vedação a erigir na Rua Caminhos do Futuro, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 11/09/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: MARIA TERESA GOMES VIEIRA CAMPOS PALMA, requerendo informação prévia sobre ampliação de moradia sita no prédio rústico denominado por Courela AAA ou Courela dos 3 Ás, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data de entrada do requerimento: 1/09/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: MIRALDINA MARIA BENTO RODRIGUES, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, estabilidade e autorização para a obra de alteração/remodelação de anexo sito na Rua Maestro Pinto de Sá, n.º 35 e 37, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Data de entrada do requerimento: 21/08/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: MANUEL JOAQUIM SEATRA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura das alterações efectuadas no decorrer da obra de alteração/ampliação de habitação sita em Silveiras, freguesia de Silveiras, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 29/08/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: SERÓDIO & COMPANHIA, LDA., requerendo informação prévia sobre construção de um bar e piscina no prédio rústico denominado por Mata Nova, freguesia de Cortiçadas de Lavre.

Data de entrada do requerimento: 13/10/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: ANTÓNIO AGOSTINHO CASQUINHA LOPES BORGES, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de um pavilhão industrial a erigir na Zona Industrial da Adua, lote LI 25, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Data de entrada do requerimento: 23/07/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA DO PAÇO ARAGÃO, LDA., requerendo informação prévia sobre ampliação de monte (construção de abas) sito no prédio rústico denominado por Herdade de Fonte Portas – Paço Aragão, freguesia de Ciborro.

Data de entrada do requerimento: 2/10/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: LUIS MANUEL FERNANDES DA SILVA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de muro de vedação a levar a efeito no Prolongamento da Rua da Ajuda, lote 3, freguesia de Cortiçadas de Lavre, tendo como técnico responsável Carlos Manuel Mendes Fernandes.

Data de entrada do requerimento: 18/09/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: ANTÓNIO JOSÉ SARDINHA LOPES, requerendo aprovação do projecto de arquitectura e licenciamento das alterações efectuadas no decorrer da obra de alteração e ampliação de moradia sita na Rua Luis de Camões, n.º 62, freguesia de Escoural, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Data de entrada do requerimento: 29/08/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONTEMOR-O-NOVO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de alteração e ampliação de edifício sito na Rua Gonçalves Zarco, lote 8, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Data de entrada do requerimento: 13/11/2001

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Sobre esta matéria pronunciou-se o senhor Vereador Agostinho para referir que no projecto existem quartos com menos de 10m².

Ao que a senhora Vereadora Helena Paixão respondeu que a lei prevê quartos com 9 m².

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: PARQUE DAS SILVEIRAS, RESTAURAÇÃO E HOTELARIA, LDA., requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra para construção de hospedaria e bar a levar a efeito no Cruzamento para Cabrela – E.N. 4, freguesia de Silveiras, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 6/11/2003

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: FRANCISCO MANUEL CAROÇO ROQUE, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e autorização para construção de bloco habitacional a erigir na Urbanização de S. Domingos, Rua B, lote 7, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnicos responsáveis Jacinto Gameiro Costa, número 47 e Miguel Augusto Pereira Moreira.

Data de entrada do requerimento: 20/10/2003

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: ANA PAULA COELHO MOREIRA, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra de alterações nas instalações agro-pecuárias sitas na Herdade do Grou de Cima, freguesia de Silveiras, tendo como técnico responsável José Carlos da Silva Saraiva, Isabel Maria Lopes Custódio Saraiva.

Data de entrada do requerimento: 6/11/2003

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: ANTÓNIO JOSÉ BARRADAS, requerendo aprovação do projecto de legalização de moradia sita na Rua dos Moinhos, número 5, freguesia de Cabrela, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada dos requerimentos: 25/07/2003 e 20/10/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: DULCE MARIA PINEQUE HOMEM SILVA e HERMINIA MARIA DAS DORES MANUEL BECO, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e licenciamento da obra de construção de moradia e muro de vedação a levar a efeito na Rua Bento Gonçalves, n.º 28 A, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada dos requerimentos: 6/06/2003 e 7/11/2003

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Interveio novamente o senhor Vereador Agostinho para referir que este processo tinha baixado aos serviços para melhor análise, na anterior reunião de câmara e que, de então para cá não tinha sofrido qualquer alteração.

Ao que a senhora Vereadora respondeu que, podendo o senhor Vereador Agostinho não estar recordado, este processo já havia baixado aos serviços para melhor análise, em anterior reunião do Executivo Camarário e que a Requerente foi então contactada por forma a melhorar e corrigir o que havia sido alvo das dúvidas identificadas, o que aliás fez. O presente processo só baixou aos serviços para melhor análise, de novo, pelo facto da vereadora do pelouro não ter estado presente na anterior reunião de câmara, em que facilmente poderia ter esclarecido toda esta situação.

O senhor Vereador Agostinho retorquiu que em termos de alçado frontal mantém uma estrutura em triângulo.

A senhora Vereadora concluiu dizendo que o projecto agora apresentado está de facto melhorado, relativamente à versão inicial, e que existem outras situações semelhantes naquela mesma rua, razão pela qual não se deverá assumir atitude diferenciada relativamente ao actualmente requerido.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: CARPINTARIA MECÊNICA DE VALENÇAS, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para as alterações efectuadas no decorrer da obra de ampliação de um armazém sito na Rua da Serração, n.º 2, freguesia de Ciborro, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Data de entrada do requerimento: 8/10/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU

De: EUGÉNIA MARIA BELA DE ALMEIDA COSTA TEIXEIRA, requerendo informação prévia sobre construção de moradia a levar a efeito no prédio rústico denominado por Courelas da Mata, freguesia de Lavre.

Data de entrada do requerimento: 3/11/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir nas condições do parecer dos serviços da DAU

De: ARNALDO MANUEL FACAS, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, estabilidade e licenciamento da obra de ampliação e beneficiação de moradia existente no prédio rústico denominado por Courela Nova das Silveiras, n.º 66, freguesia de Silveiras, tendo como técnicos responsáveis Renato Alexandre Oliveira Marques e António José de Almeida Faria Queirós.

Data de entrada dos requerimentos: 26/09/2003 e 22/10/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU e Termo de Responsabilidade do técnico

De: JOSÉ SERAFIM DIAS FERREIRA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de moradia a levar a efeito na Rua 1.º de Maio, lote 12, freguesia de Cortiçadas de Lavre, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada dos requerimentos: 3/04/2002 e 19/09/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU

De: ANTÓNIO MANUEL FERNANDES PALA, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, estabilidade e licenciamento da obra de construção de armazém agrícola a levar a efeito no prédio rústico denominado por Casas Novas e Valongo, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Custódio José de Oliveira Gervásio, número 295.

Data da entrada do requerimento: 22/10/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU e Termo de Responsabilidade do técnico

De: PARQUE DAS SILVEIRAS, RESTAURAÇÃO E HOTELARIA, LDA., requerendo aprovação do projecto de estabilidade e licenciamento da obra de construção de um tanque de rega a levar a efeito no Cruzamento para Cabrela – E.N. 4, freguesia de Silveiras, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 12/11/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o Termo Responsabilidade do técnico

De: JOSÉ MANUEL FERREIRA RIBEIRO, requerendo informação prévia sobre ampliação de moradia existente no prédio urbano denominado por Casas Altas, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data de entrada do requerimento: 10/09/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir nas condições do parecer dos serviços da DAU

De: MARIANA DIAS CAMACHO FREIXO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de uma aba para recolha de alfaias agrícolas a levar a efeito na Herdade de Batepézinho, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Custódio José de Oliveira Gervásio, número 295.

Data de entrada do requerimento: 30/09/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU

De: OLIMPIO ANTÓNIO FIGUEIRA BATISTA, requerendo aprovação dos projectos de alteração à constituição de imóvel em propriedade horizontal, arquitectura e autorização das alterações efectuadas no decorrer da obra de construção de edifício sito na Urbanização de S. Domingos, lote 9, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável José Maria Dias de Oliveira, numero 294.

Data de entrada dos requerimentos: 2/10/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU

De: MARIANA DIAS CAMACHO FREIXO, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e autorização para a obra de construção de bloco habitacional a levar a efeito na Rua Sacadura Cabral, n.º 39 e 41, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnicos responsáveis José Maria Dias de Oliveira, número 294 e Vitor Manuel da Silva.

Data de entrada do requerimento: 10/11/2003

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o Termo de Responsabilidade dos técnicos

De: AFONSO ANASTÁCIO SANTANA VALÉRIO, requerendo informação prévia sobre substituição de vedação no prédio rústico denominado por Casas Altas, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data da entrada do requerimento: 21/08/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir nas condições do parecer dos serviços da DAU

Requerimentos diversos

De: LAGOA RAMALHO – SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA, LDA., requerendo emissão de autorização de utilização para Exploração Suinícola, sita no Monte do Gafanhão, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Data de entrada do requerimento: 28/04/2003

Tem parecer da Comissão de Vistorias

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Proposta de deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: ANABELA DE JESUS MALTÊS BARREIROS AMBRÓSIO, requerendo emissão de autorização de utilização para estabelecimento de comércio a retalho de peixe congelado sito na Rua de Timor, lote 65, fracção “C”, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Data da entrada do requerimento: 22/09/2003

Tem parecer da Comissão de Vistorias

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

De: TEODÓSIO MANUEL PARREIRA DA VELHA, requerendo averbamento no alvará de autorização de utilização para serviço de bebidas n.º 155/03, para o estabelecimento de bebidas (Café) sito no Reguengo, freguesia de Nossa Senhora da Vila, da nova entidade exploradora Maria Albertina de Jesus Parreira.

Data de entrada do requerimento: 13/11/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir de acordo com o parecer dos serviços da DAU

B) CEDÊNCIA DE LOTE DE TERRENO NO LOTEAMENTO MUNICIPAL DE SILVEIRAS

Continuando a sua intervenção a senhora Vereadora Helena Paixão apresentou a seguinte cedência de Lote de Terreno no Loteamento Municipal de Silveiras:

De: RICARDO JORGE REGOUGA PECHEIRA, aceitando a aquisição das mais valias existentes e a transmissão do direito de superfície do Lote 15 do Loteamento Municipal de Silveiras, freguesia de Silveiras.

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar o despacho da Vereadora.

C) PROGRAMA MUNICIPAL DE APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO DEGRADADA

Em nova intervenção a senhora Vereadora Helena Paixão apresentou as seguintes propostas de apoio à recuperação da habitação degradada:

A requerente FLORINDA MARGARIDA CONCÓRDIA ANES, apresentou na Câmara Municipal um processo de recuperação de habitação degradada, tendo em vista o arranjo da cobertura do prédio situado na Rua Dr. Magalhães de Lima, nº 16 – Escoural, cujo orçamento total importa em três mil trezentos e quarenta euros.

De conformidade com as deliberações camarárias de dezanove de Junho de dois mil e dois, nove de Outubro de dois mil e dois e catorze de Maio de dois mil e três, a senhora Vereadora Helena Paixão propôs que a autarquia comparticipasse a realização das referidas obras, mediante atribuição de um valor correspondente a cinquenta por cento do respectivo orçamento, ou seja mil seiscentos e setenta euros.

A senhora Vereadora referiu ainda que a aludida comparticipação só deverá ser liquidada à interessada depois dos Serviços da DAU informarem a DAF que as obras em questão se encontram concluídas.

Data de entrada do requerimento 15/05/2003

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com 2 votos contra dos senhores Vereadores do MCPM ratificar o despacho da senhora Vereadora.

Os senhores Vereadores do MCPM apresentaram a seguinte declaração de Voto:

“Votamos contra pelo processo não apresentar relatório social elemento que consideramos fundamental para apreciação do processo”.

A requerente MARIA LUDOVINA MAIA DA SILVA, apresentou na Câmara Municipal um processo de recuperação de habitação degradada, tendo em vista o arranjo da cobertura do prédio situado na Rua de Santo António, nº 5 – Montemor-o-Novo, cujo orçamento total importa em dois mil oitocentos e trinta euros.

De conformidade com as deliberações camarárias de dezanove de Junho de dois mil e dois, nove de Outubro de dois mil e dois e catorze de Maio de dois mil e três, a senhora Vereadora Helena Paixão propôs que a autarquia comparticipasse a realização das referidas obras, mediante atribuição de um valor correspondente a cinquenta por cento do respectivo orçamento, ou seja mil quatrocentos e quinze euros.

A senhora Vereadora referiu ainda que a aludida comparticipação só deverá ser liquidada à interessada depois dos Serviços da DAU informarem a DAF que as obras em questão se encontram concluídas.

Data de entrada do requerimento 17/06/2003

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com 2 votos contra dos senhores Vereadores do MCPM ratificar o despacho da senhora Vereadora.

Os senhores Vereadores do MCPM apresentaram a seguinte declaração de Voto:

“Votamos contra pelo processo não apresentar relatório social elemento que consideramos fundamental para apreciação do processo”.

A requerente ADELINA VITÓRIA, apresentou na Câmara Municipal um processo de recuperação de habitação degradada, tendo em vista o arranjo da cobertura do prédio situado na Rua das Ricas nº 21 – Montemor-o-Novo, cujo orçamento total importa em dois mil oitocentos e trinta euros.

De conformidade com as deliberações camarárias de dezanove de Junho de dois mil e dois, nove de Outubro de dois mil e dois e catorze de Maio de dois mil e três, a senhora Vereadora Helena Paixão propôs que a autarquia comparticipasse a realização das referidas obras, mediante atribuição de um valor correspondente a cinquenta por cento do respectivo orçamento, ou seja mil quatrocentos e vinte cinco euros.

A senhora Vereadora referiu ainda que a aludida comparticipação só deverá ser liquidada à interessada depois dos Serviços da DAU informarem a DAF que as obras em questão se encontram concluídas.

Data de entrada do requerimento 03/07/2003

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com 2 votos contra dos senhores Vereadores do MCPM ratificar o despacho da senhora Vereadora.

Os senhores Vereadores do MCPM apresentaram a seguinte declaração de Voto:

“Votamos contra pelo processo não apresentar relatório social elemento que consideramos fundamental para apreciação do processo”.

O requerente JOAQUIM JOSÉ DOS SANTOS apresentou na Câmara Municipal um processo de recuperação de habitação degradada, tendo em vista o arranjo da cobertura do prédio situado na Rua Dr. Magalhães de Lima nº 40 - Escoural, cujo orçamento total importa em dois mil setecentos e vinte euros.

De conformidade com as deliberações camarárias de dezanove de Junho de dois mil e dois, nove de Outubro de dois mil e dois e catorze de Maio de dois mil e três, a senhora Vereadora Helena Paixão propôs que a autarquia comparticipasse a realização das referidas obras, mediante atribuição de um valor correspondente a cinquenta por cento do respectivo orçamento, ou seja mil trezentos e sessenta euros.

A senhora Vereadora referiu ainda que a aludida comparticipação só deverá ser liquidada à interessada depois dos Serviços da DAU informarem a DAF que as obras em questão se encontram concluídas.

Data de entrada do requerimento 27/05/2003

(Ratificar o despacho da Senhora Vereadora Helena Paixão de 13/11/2003)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com 2 votos contra dos senhores Vereadores do MCPM ratificar o despacho da senhora Vereadora.

Os senhores Vereadores do MCPM apresentaram a seguinte declaração de Voto:

“Votamos contra pelo processo não apresentar relatório social elemento que consideramos fundamental para apreciação do processo”.

D) PROPOSTA DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE

A terminar a senhora Vereadora Helena Paixão apresentou a Proposta de Regulamento de Publicidade, conforme adjudicação à empresa Arquibúzios – Sociedade de Arquitectura e Paisagismo, produto de Deliberação de Câmara de 16 de Janeiro de 2002.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a Proposta de Regulamento e a Abertura do respectivo Período de Discussão Pública.

2. OBRAS E SANEAMENTO

A) INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE

Foi o senhor Vereador João Caldeira que em primeiro lugar usou da palavra para apresentar a informação da actividade da Divisão de Obras e Saneamento referente ao mês de Outubro do corrente ano, documento que foi rubricado por todos os membros do executivo e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

B) EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ETAR DE SILVEIRAS

Continuando a intervir o senhor Vereador Caldeira apresentou a seguinte proposta de intenção de adjudicação:

1. De acordo com o critério de adjudicação estabelecido, as propostas foram ordenadas para efeitos de adjudicação da seguinte forma:

António da Silva, Lda. - 108.671,90 €, Construções Aquino & Rodrigues S.A. 109.918,11 €

2. Propõe-se a intenção de adjudicação da empreitada supra à empresa António da Silva, Lda. pelo valor de 108.671,90 € (cento e oito mil seiscientos e setenta e um euros e noventa cêntimos) nos termos da sua proposta e respectiva lista de preços unitários.

3. Segue-se a audiência prévia escrita dos concorrentes, nos termos da Lei.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade ratificar a intenção de adjudicação da empreitada de “Construção da ETAR das Silveiras” à empresa António da Silva Lda. pelo valor de 108.671,90€ (cento e oito mil seiscientos e setenta e um euros e noventa cêntimos) segue-se a audiência prévia.

C) EMPREITADA DE INFRAESTRUTURAS NO LOTEAMENTO MUNICIPAL DE CORTIÇADAS DE LAVRE

Em nova intervenção o senhor Vereador João Caldeira apresentou o auto de medição que abaixo se transcreve:

Auto de Medição número dois de trabalhos que foram efectuados pelo empreiteiro Menserfil na empreitada de “ Empreitada de Infraestruturas no Loteamento Municipal de Cortiçadas de Lavre ”, o qual importa no valor de oito mil trezentos e dois euros e catorze Cêntimos, acrescido do IVA no valor de quatrocentos e quinze euros e onze cêntimos euros, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar de oito mil setecentos e dezassete euros e vinte e cinco cêntimos.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o presente Auto de Medição nº 2 no valor de oito mil setecentos e dezassete euros e vinte e cinco cêntimos

D) EMPREITADA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS DOMÉSTICAS DO AGLOMERADO DE FAZENDAS DO CORTIÇO

Ainda no uso da palavra o senhor Vereador João Caldeira apresentou mais um auto de medição este referente à empreitada supra:

Auto de Medição número 5 de trabalhos que foram efectuados pelo empreiteiro Marfe – Construções e Instalações Técnicas, S.A. na empreitada de “ Empreitada de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais Domésticas do Aglomerado de Fazendas do Cortiço ”, o qual importa no valor de cinquenta e oito mil e sessenta euros e trinta e seis cêntimos, acrescido do IVA no valor de dois mil novecentos e três euros e dois cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar de sessenta mil novecentos e sessenta e três euros e trinta e oito cêntimos.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o presente Auto de Medição nº 5 no valor de sessenta mil novecentos e sessenta e três euros e trinta e oito cêntimos.

E) EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE RECARGAS DE BETUMINOSO EM RUAS DA CIDADE

De novo no uso da palavra o senhor Vereador João Caldeira apresentou mais um auto de medição referente à empreitada de Execução de Recargas de Betuminoso em Ruas da Cidade:

Auto de Medição número 1 de trabalhos que foram efectuados pelo empreiteiro Pavia – Pavimentos e Vias, S.A. na empreitada de “ Empreitada de Execução de Recargas de Betuminoso em Ruas da Cidade”, o qual importa no valor de trinta e quatro mil quinhentos e dezassete euros e dois cêntimos, acrescido do IVA no valor de mil setecentos e vinte cinco euros e oitenta e cinco cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar de trinta e seis mil duzentos e quarenta e dois euros e oitenta e sete cêntimos.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o presente Auto de Medição nº 1 trinta e seis mil duzentos e quarenta e dois euros e oitenta e sete cêntimos.

F) EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS COBERTAS

Ainda no uso da palavra o senhor Vereador João Caldeira apresentou uma proposta de abertura de concurso para a empreitada de “Construção das Piscinas Municipais cobertas bem como a constituição da comissão de abertura de propostas e da comissão de análise das mesmas:

Comissão de Abertura de Concurso

Membros Efectivos :Presidente: João António Abrantes Caldeira, Vereador do Pelouro, 1º. Vogal: Vitor Manuel Boieiro Cotovio, Engº. Civil - Chefe da Divisão de Obras e Saneamento, 2º. Vogal: Gabriel Godinho, Engº. Técnico Civil, Secretário: Matilde da Conceição Nunes Ramos Melgueira, Oficial Administrativa Especialista

Membros Suplentes: 1º. Vogal: Arqtª. Helena Paixão, Vereadora; 2º. Vogal: Aida Cristina Militão Soares, Engª. do Ambiente; Secretário: Helena Bazilisa Rodrigues, Auxiliar de Serviços Gerais
O Primeiro suplente substituirá o Presidente nas suas faltas e/ou impedimentos.

Comissão de Análise de Propostas

Membro Efectivos: Presidente: João António Abrantes Caldeira, Vereador; 1º. Vogal: Pedro Filipe Rodrigues Vieira, Engº. Civil ; 2º. Vogal: Acácio Peres, Engº. Civil

Membros Suplentes: 1º. Vogal: Arqtª. Helena Paixão, Vereadora; 2º. Vogal: Custódio Manuel, Encarregado Geral

O Primeiro suplente substituirá o Presidente nas suas faltas e/ou impedimentos.

Interveio então o senhor Vereador Agostinho Simão para afirmar que o concelho necessita de piscinas cobertas no entanto coloca-se a questão de prioridades nomeadamente a Oficina da Criança, rede de esgotos e saneamento básico.

Coloca aqui grandes dúvidas sobre esta matéria atendendo ao volume de capital, na sua opinião não se enquadra na óptica de primeira linha. Solicitou informação sobre a eventual comparticipação desta obra. Respondeu o senhor Presidente dizendo que está garantido uma comparticipação de 75% no âmbito do PORA.

Disse de seguida que a Câmara está a avançar em todas as áreas de sua responsabilidade, só não o fez à mais tempo devido aos cortes de financiamento, o restante depende do sistema intermunicipal.

Em relação à Oficina da Criança o projecto está em fase de adjudicação no entanto o seu financiamento não está garantido

A terminar o senhor Presidente disse que ainda que existisse apenas um financiamento optaria pelas Piscinas Cobertas porque a cidade e o concelho não têm este tipo de oferta de serviços que beneficia todas as camadas da população enquanto que a Oficina da Criança está a funcionar e a responder às necessidades das crianças.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a proposta de abertura de concurso e a constituição da comissão de abertura de propostas e da comissão de análise das mesmas.

G) EMPREITADA DE PLUVIAIS EM SANTIAGO DO ESCOURAL

Continuando a intervir o senhor Vereador João Caldeira apresentou a seguinte proposta de adjudicação da empreitada supra:

Realizada a audiência prévia, escrita, nos termos do Artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, não houve qualquer contestação, pelo que se propõe a adjudicação da empreitada supra, à empresa António da Silva, Lda. pelo valor de 68 264, 35 € (sessenta e oito mil duzentos e sessenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos), conforme Relatório Preliminar da Comissão de Análise de Propostas, que se considera parte integrante do presente Relatório Final aqui se dando como integralmente transcrito.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a adjudicação da empreitada de “Pluviais em Santiago do Escoural” à empresa António da Silva pelo valor de 68 264, 35 € (sessenta e oito mil duzentos e sessenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos).

H) EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE JARDIM DO ESCOURAL

A terminar o senhor Vereador João Caldeira apresentou os seguintes documentos referente à empreitada de “Construção de Jardim do Escoural”

O Empreiteiro MENSERFIL – Construções civis e obras públicas, Lda. deverá executar trabalhos não previstos relacionados com a empreitada supra, na sequência da necessidade de construção de ramais domiciliários de abastecimento de água, contenção lateral dos passeios e transporte de terras sobranes da abertura de caixa, rectificação de tampas de câmaras de visita existentes, e abertura e fecho de vala para instalação de cabos eléctricos, com preços propostos pelo empreiteiro, sendo de aceitar, pelo que solicito à Ex.ma Câmara autorização para ordem ao empreiteiro, dos quais junto lista em anexo.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o empreiteiro a executar trabalhos não previstos na empreitada em epígrafe.

Auto de Medição número onze de trabalhos que foram efectuados pelo empreiteiro Menserfil – Construções Civis e Obras Públicas, na empreitada de “ Empreitada de Construção de Jardim do Escoural”, o qual importa no valor de cinco cento e vinte cinco euros e vinte e quatro cêntimos, acrescido do IVA no valor de duzentos e cinquenta e seis euros e vinte seis cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar de cinco mil trezentos e oitenta e um euros e cinquenta cêntimos.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o presente Auto de Medição nº 11 no valor de cinco mil trezentos e oitenta e um euros e cinquenta cêntimos.

3. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

A) CONTABILIDADE

Listagem de Pagamentos

A Câmara tomou conhecimento da listagem das ordens de pagamento dos documentos números seis mil oitocentos e noventa e cinco a sete mil e cem no valor de trezentos e trinta e dois mil duzentos e noventa e dois euros e quarenta e oito cêntimos.

B) PESSOAL

Em nova intervenção o senhor Presidente apresentou a seguinte proposta de acumulação de funções públicas e privadas referente a Hortensia dos Anjos Chegado Menino.

Em anexo segue requerimento referente à Secretária de apoio pessoal à Vereadora Helena Paixão, Hortensia dos Anjos Chegado Menino, solicitando acumulação de funções públicas privadas, a fim da Câmara se pronunciar.

Em referência ao requerimento apresentado por Hortensia dos Anjos Chegado Menino, a exercer funções de secretária de apoio pessoal à vereadora Helena Paixão, em que solicita autorização para acumulação de funções públicas e privadas, no âmbito da actividade de Entrevistadora / Formadora, cumpre-me informar que, nos termos do n.º 3 do artº 32º do Decreto-lei n.º 427/89 de 7 de Dezembro de 1989 aplicável à Administração Local por força do artº 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91 de 17 de Outubro a autorização requerida apenas pode ser concedida se se verificarem as seguintes condições:

- a) Se os horários a praticar não forem total ou parcialmente coincidentes;*
- b) Se não ficarem comprometidas a isenção e a imparcialidade do funcionário no desempenho de Se a actividade a acumular não for legalmente considerada incompatível;*
- c) funções;*
- d) Se não houver prejuízo para o interesse publico e para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.*

Por sua vez o Decreto-Lei n.º 413/93 de 23 de Dezembro através do seu art.º2º veda aos funcionários, o exercício de actividades privadas concorrentes ou similares com as funções exercidas na Câmara e que com estas sejam conflituantes, designadamente actividades que tendo conteúdo idêntico ao das funções autárquicas sejam desenvolvidas de forma permanente ou habitual e se dirijam ao mesmo círculo de destinatários.

Cumpre-me esclarecer que o Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro – que procedeu à adaptação à Administração Local do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro- estabelece no artigo 8.º, n.º 1, alínea a), que a competência para a autorização de acumulação de funções públicas e privadas é da Câmara Municipal, com possibilidade de delegação no respectivo Presidente.

Tendo em consideração o exposto, submete-se o assunto à apreciação de V.Ex.ª.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir o requerimento apresentado pela interessada na condição da actividade a exercer na acumulação de funções públicas, com funções privadas ser desenvolvida no respeito pelas disposições legais aplicáveis

C) APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

Continuando no uso da palavra o senhor Presidente apresentou agora uma proposta de Edital para a Venda de Sucata bem como a Constituição de Comissão de Análise de Propostas:

Propõe-se a aprovação de Edital para a Venda de Sucata, nos termos da Proposta de Edital em anexo. Mais se propõe que seja constituída uma Comissão para a abertura e análise das propostas, constituída pelos seguintes elementos:

Presidente: João António Abrantes Caldeira, Vereador;

1º Vogal Efectivo: Custódio Manuel, Encarregado Geral;

2º Vogal Efectivo: António Jorge Tavares Pacheco Viana, Chefe da D.A.S.U.;

1º Vogal Suplente: Helena Maria Freire Paixão, Vereadora;

2º Vogal Suplente: Viriato António do Cabido Santos, Chefe da Secção de Aprovisionamento e Património.

Para servir de Secretário designo o funcionário António Maria Pimenta Lopes, o qual será substituído nas suas faltas ou impedimentos pela funcionária Maria Aurora Gonçalves de Oliveira Corado Barroso

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Edital apresentada bem como a Constituição da Comissão de Análise de Propostas.

D) IMPOSTO DE SISA/SIMULAÇÃO OU INDICAÇÃO INEXACTA DO PREÇO/DIREITO DE PREFERÊNCIA

A terminar o senhor Presidente apresentou para conhecimento um documento referente ao Imposto de Sisa / Simulação ou Indicação Inexacta do Preço / Direito de Preferência.

1. O código do Imposto Municipal de Sisa e do Imposto s/ as Sucessões e Doações contem no seu artº 176º uma norma que é do teor seguinte: “Se, por indicação inexacta do preço ou simulação deste, a sisa tiver liquidada por valor inferior ao devido, o Estado, qualquer dos seus serviços estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, bem como qualquer autarquia local, pessoa colectiva de utilidade pública ou instituição de segurança social representado pelo Ministério Público, poderá preferir na venda, desde que assim o requeira perante os tribunais comuns, e prove que o valor por que a sisa deveria ter sido liquidada excede em 50% ou em 100 contos, pelo menos, o valor sobre que incidiu.”

2. Assim e para efeitos mencionados, junto remeto cópia da informação dos actos notarias relativos a negócios sobre imóveis deste Concelho sujeito a sisa, ainda que dela isentos, remetidos a esta Câmara Municipal no corrente mês de Outubro, respeitantes ao mês de Setembro.

Deliberação: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação prestada.

4. SÓCIO-CULTURAL

A) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO EXTRAORDINÁRIO À SOCIEDADE CIRCULO - MONTEMORENSE PEDRISTA

Foi o senhor Vereador João Marques que agora interveio para apresentar a seguinte proposta de atribuição de subsídio extraordinário à Sociedade Circulo Montemorene Pedrista:

Na sequência das obras efectuadas na Sociedade Pedrista, propõe-se a atribuição de um subsídio a Sociedade Circulo Montemoreense “Pedrista”, no montante de 2 875,00€uros (dois mil oitocentos e setenta e cinco €uros) referente a 50% do custo total da obra.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com duas abstenções dos Vereadores do MCPM aprovar um subsídio extraordinário à Sociedade Circulo Montemoreense “Pedrista” no valor de 2.875,00€ para apoio a obras.

“ Abstemo-nos na votação de atribuição deste subsídio porque até ao momento não foi cumprido o deliberado por unanimidade em reunião de Câmara de 3 de Julho de 2002 e referente à elaboração de uma proposta de Regulamento, com calendário estabelecido, para aprovação em reunião de Câmara na primeira quinzena de Novembro de 2002.

A manutenção da situação representa uma violação da deliberação deste órgão autárquico.

A abstenção significa protesto pela violação de deliberações camarárias e não configura qualquer posição de menor consideração pela Instituição que nos merece todo o respeito”.

B) SOCIEDADE A. FILARMÓNICA CARLISTA – SUBSÍDIO PARA ESCOLA DE MÚSICA

Continuando a sua intervenção o senhor Vereador João Marques apresentou uma proposta de subsídio para a Escola de Música da Sociedade A. Filarmónica Carlista.

Na sequência da deliberação de Câmara de 16 de Abril de 2003, propõe-se a atribuição de subsídio mensal referente ao funcionamento da Escola de Música.

Novembro/ 2003 - 45 alunos x 8,60 € = 387,00 Euros

O valor total de subsídio ascende a 387,00 Euros (trezentos e oitenta e sete euros)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com duas abstenções dos senhores Vereadores do MCMP atribuir um subsídio mensal para a Escola de Música da Sociedade A. Filarmónica Carlista no valor de 387,00 Euros (trezentos e oitenta e sete euros)

“ Abstemo-nos na votação de atribuição deste subsídio porque até ao momento não foi cumprido o deliberado por unanimidade em reunião de Câmara de 3 de Julho de 2002 e referente à elaboração de uma proposta de Regulamento, com calendário estabelecido, para aprovação em reunião de Câmara na primeira quinzena de Novembro de 2002.

A manutenção da situação representa uma violação da deliberação deste órgão autárquico.

A abstenção significa protesto pela violação de deliberações camarárias e não configura qualquer posição de menor consideração pela Instituição que nos merece todo o respeito”.

C) CASA DO POVO DE CABRELA – SUBSÍDIO PARA ESCOLA DE MÚSICA

Ainda no uso da palavra o senhor Vereador João Marques apresentou mais uma proposta de atribuição de subsídio à Escola de Música da Casa do Povo de Cabrela:

Na sequência da Deliberação de Câmara de 16 de Abril de 2003, propõe-se a atribuição de subsídio mensal referente ao funcionamento da Escola de Música.

Setembro/ 2003 - 44 alunos x 8,60 € = 378,40 Euros

Outubro/ 2003 - 44 alunos x 8,60 € = 378,40 Euros

O valor total de subsídio ascende a 756,80 Euros (setecentos e cinquenta e seis euros e oitenta cêntimos)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com duas abstenções dos senhores Vereadores do MCPM atribuir um subsídio mensal para a Escola de Música da Casa do Povo de Cabrela no valor de 756,80 Euros (setecentos e cinquenta e seis euros e oitenta cêntimos)

“ Abstemo-nos na votação de atribuição deste subsídio porque até ao momento não foi cumprido o deliberado por unanimidade em reunião de Câmara de 3 de Julho de 2002 e referente à elaboração de uma proposta de Regulamento, com calendário estabelecido, para aprovação em reunião de Câmara na primeira quinzena de Novembro de 2002.

A manutenção da situação representa uma violação da deliberação deste órgão autárquico.

A abstenção significa protesto pela violação de deliberações camarárias e não configura qualquer posição de menor consideração pela Instituição que nos merece todo o respeito”.

D) ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO LECTIVO 2003/04 – SUBSÍDIO PARA LIVROS E MATERIAL ESCOLAR (2ª FASE)

Em nova intervenção o senhor Vereador João Marques apresentou o seguinte proposta de atribuição de subsídio para livros e material escolar (2º Fase)

Tendo em consideração os critérios aprovados em reunião de câmara de 15/10/03 de atribuição de subsídio para livros e material escolar, constantes da Comunicação Interna nº 314-CDSC/03, propõe-se a atribuição dos subsídios aos estabelecimentos de ensino conforme lista anexa.

Esta lista diz respeito a uma 2ª fase (Processos de ASE entregues entre 10/10/03 e 20/11/03).

A referida verba que deverá ser transferida para o Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Novo ascende a 1 852,50 € (mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos)

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade atribuir um subsídio para livros e material escolar (2ª fase) aos estabelecimentos de ensino.

E) COMISSÃO DE TOPONÍMIA – PROPOSTA DE TOPÓNIMOS

Ainda a intervir o senhor Vereador João Marques apresentou agora uma proposta de aprovação de novo dos seguintes topónimos para a cidade de Montemor-o-Novo:

Em conformidade com a acta da Comissão Municipal de Toponímia reunida em 18/11/2003, a mesma propõe a aprovação dos seguintes topónimos para a Cidade de Montemor-o-Novo:

No Loteamento da Quinta de D.Francisco foi debatido a atribuição de dois topónimos em falta naquele Loteamento, assim propõe-se a atribuição de:

Rua Irmão Ângelo Silveira (Ordem Hospitaleira)

Praceta D.Francisco de Castro (séc.XIX). (Anexo A)

Para a zona do antigo Bairro Dr. Cunhal foi debatida a atribuição de um topónimo para uma artéria que não tinha identificação, pelo que se propõe a atribuição de:

Rua Antero de Quental (Anexo B).

Afim de se completar toponimicamente todas as artérias da Urbanização de S.Domingos, a Comissão propõe a atribuição dos seguintes topónimos para a zona nascente daquela Urbanização: (Anexo C)

Rua D. Alexandre José Botelho (Politico – Pedagogo) (séc.XIX), Rua Manuel Justino (Poeta), Rua Actor Mário Viegas , Rua Maria Helena Vieira da Silva (Pintora) , Rua Virgílio Ferreira (Escritor), Rua Salgado Zenha (Politico-Advogado)

Para o novo Condomínio sito no Ferragial no Sitio da Pedreira, propõe-se a atribuição do topónimo:

Rua Angelina Vidal (Sufragista-Feminista) (Anexo D).

O senhor Presidente alertou a Comissão de Toponímia de que há necessidade de definir alguns critérios para a atribuição de nomes às ruas, em particular quanto a personalidades porque se corre o risco de gerar injustiças e mesmo de banalizar negativamente a toponímia. Disse que vota favoravelmente esta proposta porém alertou a Comissão Municipal de Toponímia para o facto das ruas não deveram apenas conter nomes de personalidades mas também, por exemplo, memórias de nomes populares dados aos locais relacionados com as zonas onde estão inseridas.

Disse a concluir que existe um conjunto de personalidades em Montemor que se justificava o seu nome nas ruas como tal deverá ser definido um critério sob pena de prejudicar algumas personalidades igualmente importantes.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar as propostas de topónimos apresentados.

F) ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO E A DIRECÇÃO REGIONAL DO ALENTEJO – CRIAÇÃO DE REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES – RATIFICAÇÃO

A terminar o senhor Vereador João Marques apresentou o seguinte documento referente à criação de Rede de Bibliotecas Escolares – Ratificação:

No âmbito do Acordo de Colaboração estabelecido entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Direcção Regional de Educação do Alentejo, para criação da Rede de Bibliotecas Escolares, propõe-se a aprovação da adenda à clausula 6ª do acordo 117/98 para criação da Biblioteca Escolar da Escola E.B. 1 e Jardim de Infância do Escoural, documento que foi rubricado por todos os membros do Executivo e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ractificar adenda à clausula 6ª do acordo 117/98 para criação da Biblioteca Escolar da Escola E.B. 1 e Jardim de Infância do Escoural.

G) REGULAMENTO SOBRE SUBSÍDIOS E APOIOS A CONCEDER ÀS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, RECREATIVAS E DESPORTIVAS E DE CARÁCTER SOCIAL, SEM FINS LUCRATIVOS

Sobre o assunto referido em epígrafe disse o senhor Vereador João Marques que a disponibilidade dos membros do grupo de trabalho constituído para elaborar a proposta de Regulamento referida em epígrafe se tem continuado a revelar incompatível com as possíveis datas de reunião entre s seus elementos, pelo que, nessas circunstâncias, propôs mais uma vez que a discussão da referida matéria transitasse para a próxima reunião de Câmara.

5. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

A) REGULAMENTO MUNICIPAL DE EXPLORAÇÕES SUINÍCULAS – PROPOSTA DE DOSSIER DE EXPLORAÇÃO

Foi a senhora Vereadora Helena Paixão que interveio para apresentar o seguinte documento:

O Regulamento Municipal de Exploração Suinícolas anteriormente aprovado pelo executivo e na Assembleia Municipal prevê no seu artigo 29º que aos titulares de licenças de exploração emitidas pela CMMN ao abrigo daquele Regulamento, seja atribuído, quando da entrega do respectivo alvará, um dossier de exploração, com o qual os mesmos se obrigam a registar e manter na exploração, devidamente actualizada, um conjunto de informação destinada a consulta pelas entidades fiscalizadoras.

Prevê o mesmo artigo que o modelo do referido Dossier seja aprovado pela Câmara Municipal e abranja obrigatoriamente os seguintes aspectos:

a) Dados Gerais sobre a Exploração (proprietário, licenças, autorizações, alvarás e outros), b) Registo Anual de Efectivos, c) Registos referentes a Valorização Agrícola de Lamas, d) Registos referentes a Rejeição de Águas Residuais na Água ou Solo, e) Registos referentes a visitas à exploração efectuadas pelas entidades fiscalizadoras

Por forma a dar cumprimento ao disposto Regulamento, e iniciar-se atribuição do Dossier nos processos administrativos aplicáveis, junto se envia proposta técnica de modelo de Dossier de Exploração, com vista à sua análise pelo Executivo e deliberação sobre a sua adequabilidade aos fins aplicáveis.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Dossier de Exploração.

B) CEMITÉRIO S. FRANCISCO

Interveio novamente a senhora Vereadora Helena Paixão para apresentar a seguinte proposta:

Propõe-se que sejam declarados prescritos os jazigos números 8 e 9 da Rua A do Cemitério Municipal de S. Francisco, após o cumprimento de todos os procedimentos legais e de acordo com o art.º 42º do Regulamento do Cemitério.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada.

6. ACORDO ESPECIFICO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE CORTIÇADAS DO LAVRE

Interveio de novo o senhor Vereador João Caldeira para apresentar a seguinte proposta de Acordo Especifico com a Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre:

Nos termos do art. 3.º, alínea b) do Protocolo de Descentralização de Competências da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para a Junta de Freguesia de Cortiçadas de Lavre é acordado, entre ambas as entidades, a realização da obra abaixo mencionada e as condições a ela inerentes:

Obra:

Beneficiação de Infraestruturas no Loteamento Municipal de Cortiçadas de Lavre.

Condições:

A Junta de Freguesia assume-se como dona da obra, competindo-lhe a gestão, fiscalização e o respectivo pagamento.

À Câmara Municipal compete o pagamento à Junta de Freguesia da totalidade da importância paga por esta para a realização da obra – 5.094,39 € (cinco mil e noventa e quatro euros e trinta e nove cêntimos), valor este já com IVA incluído a 19%.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o presente acordo de descentralização de competências no valor de 5.094,39 € (cinco mil e noventa e quatro euros e trinta e nove cêntimos), para beneficiação de Infraestruturas no Loteamento Municipal de Cortiçadas de Lavre.

7. AMBIENTE / PROJECTO GAPS - GESTÃO ACTIVA E PARTICIPADA DO SITIO DE MONFURADO

7.1) CONSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO

Em nova intervenção a senhora Vereadora Helena Paixão apresentou, a título informativo, a proposta de constituição de grupo de trabalho relativa ao desenvolvimento do Projecto GAPS – Gestão Activa e

Participada do sitio de Monfurado, conforme fará relativamente a posteriores desenvolvimentos do mesmo Projecto, para que o Executivo Camarário seja mantido informado dos trabalhos que se vão desenvolvendo no âmbito das candidaturas aprovadas pelo Programa LIFE Natureza. A senhora Vereadora acrescentou ainda que esta informação não é mais do que uma informação, não sendo necessária qualquer deliberação do Executivo.

Proposta de Grupo de Trabalho:

DASU: Jorge Viana e Luís Jordão, DOS: Gabriel Godinho, DSC: Cristina Parreira, GADEC: Vanda Teixeira, GDI: Maria de Jesus.

7.2) PROPOSTAS DE PROTOCOLOS

A intervir novamente a senhora Vereadora Helena Paixão apresentou, ainda no âmbito do Projecto GAPS, as propostas de protocolo (em anexo), a estabelecer com os diversos parceiros daquele Projecto.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar as propostas de Protocolos.

7.3) CONSULTA PRÉVIA PARA CONTRATO DE TAREFA

Continuando as suas intervenções no âmbito do Projecto GAPS, a senhora Vereadora Helena Paixão, mais uma vez a título informativo, apresentou o seguinte documento:

No âmbito do projecto GAPS encontra-se prevista a realização de uma acção específica respeitante a estudos biológicos das comunidades de morcegos, a qual irá ser executada sob orientação científica do ICN mas com coordenação e operacionalização pela CMMN. Para o efeito o projecto integra, por parte da CMMN, orçamentação referente à contratação destes trabalhos, bem como das despesas de viagem, estadia e equipamentos necessários aos mesmos.

Tendo em conta tratar-se de trabalhos especializados, que irão decorrer num período específico e não irão ter qualquer continuidade no seio da CMMN, considera-se que os mesmos devem ser executados numa perspectiva de Contrato de Tarefa, e não através da regular contratação de pessoal, modalidade que se está a assumir para outras acções do projecto.

Considerando que a orientação técnica dos referidos trabalhos irá ser sobretudo assegurada por parte do ICN, procedeu-se previamente, com a técnica responsável daquele Instituto, ao acerto das tarefas e Especificações Técnicas que se propõem para a referida consulta.

Assim, propõe-se a abertura de Consulta para Contrato de Tarefa a realizar no âmbito do Projecto LIFE03/NAT/P/000018, com base nas Especificações Técnicas anexas, e com consulta pelo menos aos seguintes técnicos (indicados pela técnica do ICN como capazes de prestar os referidos trabalhos):

Hugo Emanuel Vitorino Rebelo - Av. do Uruguai, 35 - R/C Dto. 1500-611 Lisboa

João Tiago Sabino Marques - Rua do Escoural, 7- R/C. Bairro Sra da Saúde, 7005-426 Évora

Joaquim Pedro Santos Mercês Ferreira - Praceta Barão José Rochinha, 10. Frei Aleixo. 7005-253 Évora

Maria João Ramos Pereira - Rua Cruz dos Poiais, 30 - 3º. 1200-187 Lisboa

Sofia Isabel Lourenço - R. Gonçalves Zarco, 5 - 12º Esq. 2685 Portela

Desde já se propõe igualmente que a Comissão de Abertura e Análise das propostas integre os seguintes elementos:

Presidente: Vereadora Helena Paixão, 1º Vogal Efectivo: Arq. Jorge Viana, 2º Vogal Efectivo: Eng. Luis Jordão, 1º Vogal Suplente: Vereador João Caldeira, 2º Vogal Suplente: Eng. Cândida Martins

Por último, tendo em conta a especificidade técnica dos trabalhos envolvidos, e com vista a evitar quaisquer lapsos na consulta, solicita-se que da mesma sejam dados a conhecer previamente, a estes serviços, os elementos finais que a CMMN se proponha enviar no âmbito da referida consulta.

8. AMBIENTE / ARMAZENAMENTO DE LAMAS/PARQUE DE LAMAS

A) EMISSÃO DE CERTIDÃO DE LOCALIZAÇÃO

Pela senhora Vereadora Helena Paixão foi apresentado o documento do seguinte teor:

No âmbito do processo de Valorização Agrícola de Lamas de Tratamento de Águas Residuais que a DOS se encontra a desenvolver, foi solicitada através da informação DOS n.º 341/02 de 02 de Dezembro, a Emissão de Certidão de Localização para o local de armazenamento das lamas (parque de lamas) e para os locais alvo de incorporação das mesmas, situados na Herdade da Adua. Na sequência da análise deste pedido foram solicitadas informações adicionais à DOS (DASU/AMB/CM/5/2003, de 31 de Janeiro), as quais vieram a ser esclarecidas em reunião com a Vereação.

Posteriormente foi recepcionada informação da DOS (informação 159/03, de 30 de Abril) solicitando parecer sobre uma nova localização para o parque de lamas (“antiga saibreira”). Após a análise dessa localização verificou-se que a mesma se encontrava totalmente inserida em REN. Este facto foi comunicado por escrito (informação DASU/CM/59/2003, de 17 de Junho), tendo inclusivamente sido realizada uma deslocação ao local com a Eng. Aida Soares, com o objectivo de apontar uma nova área para a localização do parque de lamas.

Em Julho de 2003, foi recepcionado novo pedido de parecer para localização do parque de lamas, tendo-se verificado que o local proposto se encontra compatível com o PDM em vigor. No entanto, como a informação agora enviada se referia somente à localização do parque de lamas, contactou-se a Eng. Aida Soares no sentido de esclarecer se apenas se pretendia a Emissão de Certidão de Localização para o novo local de armazenamento, ou também para o local proposto anteriormente para valorização agrícola dessas lamas. Na sequência desse contacto, foi indicado pela mesma que, neste momento o pedido era apenas referente a Emissão de Certidão de Localização para o local de armazenamento (parque de lamas).

Assim, junto se anexa o respectivo parecer positivo condicionado, para aprovação em reunião de câmara e posterior emissão de Certidão de Localização para Armazenamento de Lamas do Tratamento de Águas Residuais Urbanas, ao abrigo da alínea a) do n.º 1, do artigo 3.º, da Portaria n.º 961/98.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a emissão da Certidão de Localização.

9. AMBIENTE / PROJECTO REAGIR - RECICLAGEM DE ENTULHOS NO ÂMBITO DA GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS

A) CONSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO

De novo, interveio a senhora Vereadora Helena Paixão para apresentar, a título informativo, a proposta de constituição de grupo de trabalho relativa ao desenvolvimento do Projecto REAGIR – Reciclagem de Entulhos no Âmbito da Gestão Integrada de Resíduos, conforme fará relativamente a posteriores desenvolvimentos do mesmo Projecto, para que o Executivo Camarário seja mantido informado dos trabalhos que se vão desenvolvendo no âmbito das candidaturas aprovadas pelo Programa LIFE Ambiente. A senhora Vereadora acrescentou ainda que esta informação é tão somente uma informação, não sendo necessária qualquer deliberação do Executivo.

Proposta de Grupo de Trabalho:

DASU: Jorge Viana e Cândida Martins, DOS: Gabriel Godinho, GADEC: Vanda Teixeira, GDI: Maria de Jesus, DAU: Rita Dionísio e José Alexandre Neves.

10. PROJECTO DE ACTA Nº. 23

Tendo o texto da acta em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três. A referidas acta foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo nonagésimo segundo, da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

11. ATENDIMENTO DE MUNICIPES

A senhora Vereadora Helena Paixão não esteve presente neste ponto da Ordem de Trabalhos.

No presente ponto da Ordem de Trabalhos compareceu a Associação de Pais da Escola EB1 nº 1, tendo utilizado a palavra o seu Presidente senhor Joaquim Palmeiro para dizer que o assunto que aqui os fez deslocar foi a necessidade de construção de uma vedação de protecção naquela escola, problema que se vem arrastando há já algum tempo.

Interveio seguidamente a D. Ana Isabel Casadinho para dizer que há oito anos a esta parte que a Associação de Pais se tem debatido com a segurança daquele espaço, para além da segurança existe também outros aspectos a salientar nomeadamente os lixos que ali se acumulam e o pavimento que não é o mais aconselhável nesta altura do ano com lama.

Salientou que a Câmara já atendeu a várias solicitações feitas pela Associação, no entanto a questão que mais os preocupa é a segurança, nomeadamente a saída dos alunos para o exterior do edifício.

Terminou dizendo que a Câmara já se comprometeu em realizar esta obra no entanto ainda não cumpriu.

Ao assunto exposto respondeu o senhor Presidente para dizer que acompanha aquele estabelecimento de ensino desde o tempo em que lá foi aluno. Referiu que a Câmara tem vindo a definir uma política global de intervenção nos espaços escolares já que não é possível apenas executar as solicitações pontuais efectuadas ano a ano por professores conforme o que parece melhor em cada ano porque não é um bom uso dos dinheiros públicos andar a fazer e a refazer obras.

Acrescentou que a generalidade das escolas foram concebidas para um tipo de ensino diferente e hoje não estão adaptadas às novas realidades, por outro lado é importante que existam outras valências nos estabelecimentos de ensino, bibliotecas, acompanhamento a alunos com problemas que apesar de úteis retiram algum espaço.

As soluções propostas não devem ser apenas pontuais mas devem corresponder a uma visão global para se fazerem no essencial as alterações estruturais, o importante é definir o que se pretende das escolas.

Há uns anos atrás não havia sensibilidade para esta matéria, tem contudo existido um progresso nesta área.

A Câmara Municipal elaborou uma candidatura a fundos comunitários com base numa análise global das necessidades e mencionando as prioridades das escolas. Porém ainda não se obteve financiamento para esta candidatura e poderá ainda ser demorada.

A questão que se coloca é definir o que se pode fazer no imediato. A anterior direcção da Associação de Pais colocou algumas questões que foram praticamente todas atendidas. No entanto, a questão da vedação não foi possível resolver por não ser um assunto fácil já que, para além da questão estética e urbanística, o valor global era elevado cerca de 22 mil contos o que levou a Câmara a hesitar. O senhor Vereador do Pelouro contactou os professores e a Associação de Pais que persistiram em avançar com a obra pelo que a Câmara tentou conseguir um custo menos elevado já que era ponto assente avançar com a construção da vedação.

Ainda no uso da palavra o senhor Presidente alertou depois para algumas responsabilidades acrescidas nomeadamente o controle das entradas e saída dos portões no período em que os contínuos não estão ao serviço.

Em relação às questões estruturais está previsto uma intervenção a nível do pátio mas apenas no âmbito da candidatura que foi efectuada. No imediato a intervenção que se prevê é a construção da vedação.

Retomou a Palavra a D. Ana Isabel Casadinho para afirmar que concorda com o que o senhor Presidente proferiu no entanto existe um prolongar no tempo sem que exista qualquer tipo de perspectivas, já houve um compromisso da Câmara em 1997.

Em nova intervenção o senhor Presidente disse que a Câmara Municipal hesitou na verba da vedação porque parecia haver outras questões mais prioritárias que a vedação. No entanto está decidido concretizar a obra. Em relação ao projecto mais global dos arranjos exteriores não pode precisar o tempo que demora porque se aguarda resposta à candidatura apresentada, porém é seu entendimento que venha a existir financiamento para estes arranjos.

Interveio de seguida o senhor Vereador João Marques para reforçar o que foi dito pelo senhor Presidente, acrescentando que face ao orçamento assumiu um compromisso em tentar encontrar uma solução para ser menos dispendioso.

Em relação aos arranjos exteriores da escola foram apresentadas candidaturas à CCRA e possivelmente para o próximo a candidatura será contemplada.

A situação que se coloca é que a Câmara não pode intervir pontualmente numa escola mas sim nas escolas na generalidade.

No que respeita à solicitação para colocação de bandas sonoras o pedido foi indeferido por se tratar de uma Estada Nacional.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Maia para dizer que estava presente na reunião de Câmara onde a Associação de Pais teve oportunidade de também estar presente e o que hoje aqui foi respondido pelo senhor Presidente foi rigorosamente o mesmo que foi dito na referida reunião.

A questão fundamental e imperiosa que se coloca é a segurança das crianças que é um valor que se sobrepõe a todos os bens materiais.

Atendendo a que se trata de uma situação que o preocupa já a colocou duas vezes em reunião de Câmara.

Disse de seguida que era oportuno repor valores correctos porque face a documento que apresentou, as propostas eram cerca de 9 400 e 11 400 contos e não cerca de 22 000 invocados pelo Presidente, proposta esta que em reunião de Câmara de 9 de Julho de 2003 não foi aprovada porque o valor proposto como base de licitação (cerca de 5 800 contos) era tão baixa e daqueles se distanciava tanto, que legalmente não poderiam ser aceites.

Compreende que existe o problema do impacto arquitectónico no entanto o mais importante é a segurança das crianças e este é um problema que já se arrasta à mais de sete anos.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Agostinho para dizer que aquando da discussão da matéria, a questão da segurança foi a mais realçada. Continuou afirmando que a vedação só por si não resolve totalmente o problema de segurança, mas tomou como exemplo a vedação que foi colocada no recreio na zona que serve de “campo de futebol” que apesar de não ser a melhor, que mais tarde terá que ser substituída, melhorou as condições de segurança do recreio. No respeitante à vedação da escola, disse que a sua colocação iria melhorar substancialmente a segurança. Referiu que os valores apresentados pelas empresas de 46.700 euros e 56.700 euros não foram na sua opinião excessivas desde que se reflectisse na qualidade, a base do concurso com 29 000 euros é que foi baixa, impedindo assim legalmente a aceitação de qualquer das propostas.

Terminou referindo que concordava com o Presidente na implementação dum plano global para as escolas do concelho, mas que enquanto tal não estiver concretizado, ter-se-ão que resolver as necessidades urgentes, e o caso em questão constituía uma urgência por estar em causa a segurança das crianças.

Retomou a palavra o senhor Presidente para dizer que ouviu com atenção a intervenção do senhor Vereador Maia e, sem querer entrar em polémicas que considerou desadequadas, referiu que quando frequentava aquele estabelecimento de ensino os alunos deslocavam-se a pé, sozinhos, sem direito a transportes escolares, havia apenas uma auxiliar, não dispunham de aquecimento e o material era escasso, a situação evoluiu e tempos depois já existia um corpo de auxiliares mais significativo, transportes escolares e evoluiu quer do ponto de vista pedagógico quer de segurança, já recentemente foram criadas uma série de condições e obras naquele edifício como, por exemplo, a instalação de uma biblioteca escolar. As condições hoje são incomparavelmente melhores do que eram há poucos anos e sobretudo antes do 25 de Abril

Acrescentou depois que é preocupação de todos a segurança das crianças e para isso é necessário que os investimentos feitos garantam essa segurança e que quando se referiu ao custo da obra era completa, incluindo portões e outros acessórios.

Reafirmou que a vedação será feita e que o processo não andou com mais celeridade devido a alguns problemas burocráticos e ao custo.

Recordou que aquando da deslocação da anterior direcção da Associação de Pais a uma reunião de Câmara foram colocadas várias questões e que, à excepção da vedação, foram atendidas.

Retomou a palavra o senhor Vereador Maia para dizer que não se pode afirmar que a Câmara Municipal não tem investido na escola, no entanto é fundamental garantir a segurança das crianças, bem como remover os lixos do interior daquele espaço.

Interveio depois a D. Nina Pirata para dizer que a estrada é muito movimentada e tem dois sentidos, sugeriu que aquela artéria pudesse apenas ter um sentido de trânsito passando assim o movimento a ter menos intensidade.

Foi o senhor Paulo Jaime que interveio de seguida para dizer que ao subir a Avenida Gago Coutinho apenas existem dois locais onde se pode virar à esquerda, uma das quais passa em frente aquela Escola, a um Hospital e a um Jardim de Infância, como tal trata-se de uma artéria com grande fluxo de trânsito.

Respondeu o senhor Presidente para afirmar que regista a proposta apresentada e informou de seguida que se está a elaborar um estudo de alteração ao Plano de Circulação e Trânsito, nomeadamente para retirar o trânsito pesado de algumas zonas e algumas ruas ficarem com sentido único.

Foi o senhor Helder Guerreiro que usou da palavra em seguida para lamentar que mais uma vez se sai de uma reunião de Câmara sem uma data previsível para a construção da obra pois trata-se da segurança infantil e em seu entender a Câmara Municipal está a descurar desta situação.

Respondeu o senhor Presidente para dizer que compreende a preocupação colocada pois quando temos um problema que nos diz directamente respeito achamos sempre que é aquele que deve ter resposta em primeiro lugar, no entanto a Câmara Municipal tem à sua responsabilidade 18 escolas todas elas com problemas e que por isso tem que definir prioridades tendo em conta os vários problemas de todas as escolas.

Acrescentou que não gosta de se comprometer sem ter a certeza, que só o processo de concurso legalmente obrigatório leva meses, porém pensa que no primeiro semestre do ano que vem a obra poderá ter início.

O senhor Vereador Agostinho referiu que o problema que motivou a deslocação da Associação de Pais à reunião de Câmara foi a inexistência da vedação, sendo urgente a sua colocação, pelo que a Câmara deveria iniciar o mais breve possível novo concurso, pois existe todo um processo burocrático que n mínimo levará 3 meses.

O senhor Presidente concluiu dizendo que o problema principal colocado pela direcção da Associação de Pais ia ser resolvido tendo que se respeitar os prazos legais e que os outros assuntos abordados continuavam a ter a atenção da Câmara que, através do senhor Vereador João Marques, iria acompanhar a situação, manter a Associação informada e reunir sempre que necessário.

A Associação de Pais retirou-se agradecendo a atenção dispensada e solicitando a brevidade possível para a questão que apresentaram.

Por sua vez o senhor Presidente também agradeceu a presença de todos e disse que lhe apraz registar o empenhamento, o interesse e a participação dos pais na resolução destas matérias.

Clube de Ténis de Montemor-o-Novo

Esteve ainda presente neste ponto da ordem de trabalhos o Clube de Ténis nas pessoas da D. Cristina Reis e Luisa Reis, tendo tomado a palavra a D. Cristina Reis para informar que foram contemplados com uma candidatura da C.C.R.A. no montante de 98.880.00 euros que corresponde a 70% do valor global da obra, neste sentido deverá o Clube de Ténis suportar os restantes 30% , apresentaram o projecto que pretendem concretizar.

Interveio seguidamente o senhor Presidente para abordar a questão relacionada com a iluminação pública.

A D. Cristina Reis alertou ainda para a construção de passeios naquela zona.

Ao que o senhor Vereador Caldeira respondeu que o que está definido em termos de estacionamento é em paralelo à via não há possibilidade de fazer em espinha, quanto aos passeios os projecto de execução já está concluídos e os passeios serão executados dentro em breve.

Sobre o presente assunto pronunciou-se ainda o senhor Presidente para dizer que naquela zona existem um conjunto de fios (cabos) que deveriam ser enterrados no sentido de melhorar o aspecto daquela zona, para tal será dever-se-á contactar os CTT para resolução deste problema que é da sua competência.

Interveio novamente a D. Cristina Reis perguntar o que é que a Câmara pode comparticipar nos 30% restante que o Clube de Ténis terá que suportar e explicou o que pretendem levar a efeito.

Respondeu o senhor Presidente tendo dito que este tipo de questões passa pela elaboração de protocolos, neste sentido solicitou o envio de um documento que discrimine o pretendem levar a efeito e os respectivos custos.

A D. Cristina Reis concluiu dizendo que pretendem iniciar a obra em meados de Janeiro e tentar concluir em Abril no sentido de inaugurar aquando da comemoração do 18º Aniversário do Clube de Ténis.

Lixos junto aos molocks

De novo no uso da palavra a D Cristina Reis colocou a questão dos lixos serem depositados junto aos moloks e não no seu interior.

Respondeu o senhor Presidente tendo dito que é uma questão que preocupa seriamente a Câmara, com a colocação dos molocks se melhorou em termos gerais as questões de higiene pública nomeadamente quanto aos cheiros mas que, nalgumas zonas, a deposição do lixo tendeu piorar porque os recipientes estão vazios e o lixo está em seu redor. Isto obrigou a Câmara a uma recolha diária deste lixo mal depositado e mostra que há que fazer alguma educação cívica porque este comportamento prejudica todos.

Perante esta situação a Câmara tenciona lançar uma campanha de sensibilização alertando para este problema, não era propósito da autarquia aplicar coimas, por outro lado pensa que a colocação de ecopontos poderá obviar a situação.

A concluir disse que pensa que com as medidas de persuasão e as campanhas de sensibilização poder-se-á ultrapassar esta questão.

Aprovação da acta em minuta

E não havendo mais assunto a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

E eu, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Administrativo principal, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

A ASSISTENTE ADMINISTRATIVA PRINCIPAL,